

# a igreja e o tempo



Enquanto se reúne em Uppsala o Conselho Mundial das Igrejas — 250 igrejas representando 300 milhões de fiéis — para debater problemas polêmicos e atuais como o da revolução ou transição pacífica, o Papa Paulo VI dirige-se aos católicos chamando a atenção dos que "se deixam dominar por uma espécie de sede da mudança e da novidade".

Enquanto se discute se os cristãos devem ou não participar, ao lado de revolucionários não cristãos, de manifestações tendentes a modificar o *status quo* social e político, uma crise de fé preocupa sobretudo os responsáveis pela direção da Igreja Católica. O próprio Papa aproveitou o último dia 29 de julho, encerramento do Ano da Fé, para publicar dois documentos considerados da maior importância: uma **Mensagem aos Sacerdotes** e o **Credo do Povo de Deus**.

O JORNAL DO BRASIL publica, neste número, artigos de dois teólogos católicos preocupados com a situação da Igreja no tempo e na sociedade de hoje. O Pe. Bertrand de Margerie participou, como jornalista, da reunião realizada em Genebra, em 1966, na qual foi aprovado um relatório sobre Igreja e Sociedade, a ser apreciado agora em Uppsala.

O Pe. Henri de Lubac publicou várias obras que marcaram o catolicismo contemporâneo, como **Catolicismo, Aspectos Sociais do Dogma, Meditações sobre a Igreja e O Drama do Humanismo Ateu**, esta última citada por Paulo VI na Encíclica **Populorum Progressio**. (Página 2)

## caderno **E** special

Pe. Dr. BERTRAND DE MARGERIE, S.J.  
da Faculdade de Teologia Cristo Rei, S. Leopoldo, RGS

### teologia da revolução ou da transição pacífica?

Está reunido, pela quarta vez depois da última guerra mundial, em assembleia plenária, o Conselho Mundial das Igrejas. A esta reunião, sumamente importante, comparecerão delegados oficiais de todas as igrejas membros do Conselho, observadores católicos e numerosos jornalistas; nem se pode excluir que muitos Governos sigam de perto o desenrolar dos debates, já que temas políticos (no sentido lato e mesmo estrito) serão abordados. As precedentes assembleias plenárias foram realizadas em Amsterdã (1948, na presença de Reinhold Niebuhr e de Carlos Barth), Evanston (EUA, 1954) Nova Déli (1961). Vários delegados representarão o mundo protestante do Brasil, entre os quais se projeta o Prof. B. Weber, da Faculdade de Teologia Luterana de São Leopoldo (RGS).

Entre outros assuntos candentes, as igrejas terão que abordar o relatório final aprovado pela reunião genebrina de 1966 sobre Igreja e Sociedade. Tive o privilégio de assistir como jornalista a este encontro, onde entrevistei-me com numerosos dignitários do movimento ecumênico, ortodoxos (como o metropolitano Nicodemos de Leningrado) e protestantes (por ex. os pastores Visser t'Hooft e C. E. Blake, o antigo e o novo Secretário-Geral do CMI). A luz do que eu li e ouvi durante os debates e depois, recordarei aqui alguns dos tópicos em pauta e direi as esperanças que, como teólogo católico, nutro acerca das conclusões da vasta e imponente assembleia.

#### ALGUNS PRINCÍPIOS PROPOSTOS EM GENEBRA

Sob a pressão dos delegados do Terceiro Mundo, a assembleia genebrina adotou o seguinte texto para ser submetido ao exame de Uppsala — citaremos só um extrato:

"Deus imutavelmente regula todas as mudanças... Em muitos casos, a legislação viola uma Constituição aceitável: o dever do cristão é a desobediência civil (greves ou violação deliberada das leis). Se a Constituição mesma é inadequada, o cristão é chamado à ação para modificá-la a fim de garantir melhor os direitos humanos. Lá onde tais modificações são impossíveis, o cristão pode chegar à conclusão de que não tem outra alternativa senão violar a Constituição para possibilitar uma outra melhor. Reconhecemos uma escala de valores: direitos humanos, constituição, legislação. Entendemos que as leis podem ser desafiadas em defesa da Constituição, e que a Constituição pode ser desafiada em defesa dos direitos humanos."

A ninguém escapam a importância, a atualidade, em particular no Brasil de hoje, a exatidão das afirmações até agora referidas. O texto prossegue:

"Mesmo nas circunstâncias mais adversas, o cristão deveria distinguir-se por um persistente desafio do mal através de meios não violentos... Mas a violência é muito real em nosso mundo, seja como uso claro da força para oprimir, seja como violência invisível, branca, perpetrada contra milhões de pessoas vitimadas por uma repressão ou por sistemas sociais injustos. Por conseguinte, surge freqüentemente hoje a questão de saber se a violência sangrenta, por revoluções planejadas, não seria um mal menor do que a violência incruenta que condena povos inteiros a um desespero perene..."

#### REVOLUÇÃO OU TRANSIÇÃO PACÍFICA?

Em certos casos, o cristão pode ser envolvido na violência, último recurso justificado só em situações extremas. O uso da violência requer uma definição rigorosa dos fins prosseguidos, um reconhecimento claro dos males que lhe são inerentes e deveria sempre ser temperado pela misericórdia. Cumpre ainda reconhecer que é impossível garantir os resultados ou o controle eficaz da violência uma vez desencadeada.

Fechemos a citação, extraída do relatório da seção II sobre a natureza e as funções do Estado numa idade revolucionária (§§ 80-83). Apesar de algumas lacunas, o texto referido parece muito digno de louvor, e o teólogo católico só pode concordar com estas constatações corajosas. Contudo, os textos votados em Genebra, de modo não definitivo, poderiam ser útilmente completados e precisados em Uppsala. Queríamos aqui, no clima do diálogo ecumênico de hoje, e na consciência das vastas repercussões que as decisões de Uppsala terão, mesmo no interior da Igreja Católica, inclusive nas futuras elaborações da doutrina social da Igreja, a assinalar nossas esperanças sobre alguns pontos particulares. Trata-se de opiniões privadas, exclusivas do autor. Exponemos os nossos desejos livremente, e no inteiro respeito da liberdade dos irmãos protestantes e ortodoxos com os quais já estamos em comunhão parcial.

#### SUGESTÕES PARA UPPSALA

1. Em primeiro lugar, desejaríamos ver os textos de Uppsala distinguirem claramente entre revolução política (violenta ou não) e revisão de vida político-social. A primeira será ne-

cessariamente rara, ao passo que a segunda deve ser permanente.

2. Em segundo lugar, esperamos que se manifestará uma preocupação (ausente em Genebra) de harmonizar os princípios de ética política com as declarações — sagradas e inspiradas — do Novo Testamento sobre a submissão às autoridades civis e sobre a distinção entre o domínio de César e o Reino de Deus (Mt. 22,15 sq; Jo 19,10-11; I Tim. 2,1-2; Tt 3,1; I Pedro 2,13-15). Mesmo se Lutero explorou abusivamente, num sentido de submissão desordenada ao poder civil, as considerações de Paulo (Rom. 13,1-7), como opina, juntamente com numerosos outros teólogos protestantes, Reinhold Niebuhr, não é um motivo suficiente para não sublinhar o valor perene e atual deste texto bíblico. Bastaria iluminá-lo por outros textos paulinos que lhe vêm completar o sentido I Cor. 1,26-28; 2,8 onde Paulo exerceu uma crítica religiosa dos detentores do poder, seguindo nisso o exemplo de Jesus (Lc. 22,26), como frisa o professor novoaquirino.

O leitor perceberá melhor o que está em jogo pela leitura do livro do dominicano alemão Stratmann: *Jesus Cristo e o Estado* (trad. portuguesa na coleção Eteso).

3. Em terceiro lugar, os documentos promulgados em Uppsala poderiam distinguir claramente as competências próprias da Igreja e do Estado ou dentro da Igreja, da hierarquia e dos leigos, no tocante ao *engajamento no temporal*. Evitar-se-ia assim a impressão de que as Igrejas, no pensamento do CMI, seriam chamadas a substituir-se aos Estados, ou os *clérigos* aos *leigos*. Não será fácil conseguir a precisão que estamos sugerindo: a maior parte das Igrejas membros do Conselho não pensa que Jesus quis fundar uma Igreja visível e destinada a atravessar os séculos mediante uma estrutura hierárquica indestrutível pelos homens, nem tampouco que Jesus quis estabelecer nesta Igreja uma distinção funcional e sacramental entre clérigos e leigos, dando aos primeiros poderes que os segundos não teriam. Mesmo assim, pensamos que seria possível salientar melhor, nos textos definitivos, as distinções funcionais.

4. Em quarto lugar, conviria uma alusão ao *pondus peccati*, ao peso do pecado, cuja influência corrompe em muitos casos a aplicação prática dos princípios. Na elaboração final da constituição pastoral *Gaudium et Spes*, do Concílio Vaticano II, o otimismo excessivo dos redatores de língua francesa foi temperado pelo maior realismo dos bispos e teólogos católicos de língua alemã. Uma situação análoga poderia ocorrer em Uppsala. Não seria desejá-

vel, por acaso, que se respondesse claramente às perguntas seguintes: até que ponto é lícito, para os cristãos, colaborar com marxistas, não só esporadicamente, mas ainda sistematicamente, numa revolução eticamente legítima? A resposta não pode abstrair do resultado (esperado pelos marxistas) de tal colaboração. Remeto o leitor ao livro que publiquei em 1965 sobre *Igreja em Estado de Diálogo*. (Ed. O Lutador, Manhumirim, MG), onde tratei extensivamente do problema.

5. Uma vez que se quer chegar a uma expressão, comum a todas as confissões cristãs, de programação social, pareceria desejável substituir a palavra ambígua e explosiva, carregada de sangue e de ódio, de revolução, ou de teologia da revolução, pelos conceitos de transição (sugerido pelo Prof. Cândido Mendes de Almeida) ou de "mudanças rápidas" ou ainda de "verdadeira transformação cultural e social" (vocabulário utilizado pela constituição *Gaudium et Spes*, § 4-10). Tanto mais que a "teologia da revolução" é ligada de fato com "revoluções na teologia" contra as quais não só a Igreja Romana mas ainda várias Igrejas membros do CMI se pronunciaram.

6. Um último desejo: como não pensar que um aprofundamento do conceito de *societate responsavel*, base da doutrina social do CMI, poderia fornecer o arcabouço do documento publicado em Uppsala? Trata-se de uma noção rica e fecunda: não somente as pessoas, mas a totalidade da sociedade humana, como tal, é coletivamente responsável perante Deus, a Quem deverá prestar contas, através dos seus membros, em particular do uso feito, em prol de cada pessoa, das descobertas tecnológicas.

Nossos desejos inserem-se numa admiração global pela substancial obra doutrinal realizada em tão pouco tempo, e com tão grande riqueza de pensamento, pela conferência genebrina de 1966. Os resultados alcançados lá permitem esperar muito mais ainda da reunião, melhor preparada, de Uppsala no mês de julho próximo. Perante a comunidade de problemas, de preocupações e de orientações básicas, um católico pensa espontaneamente, acerca de Uppsala: "Nostra res agitur". Com Paulo VI, ele pensa que "o desenvolvimento exige transformações audaciosas, profundamente inovadoras" (*Populorum Progressio*, § 32). A reunião pode contribuir decisivamente para as "reformas urgentes" aneladas pelo Vigário de Cristo.

Em união com os cristãos do mundo inteiro, em comunhão de pensamento com todas as Igrejas cristãs, rezemos pelo êxito da Assembleia plenária do Conselho Mundial das Igrejas, em Uppsala.





GILBERTO PAIM

## aliança com a modernização

A rebelião estudantil francesa, de maio e junho, não tinha ambigüidades na escolha e definição de objetivos, por mais irrealistas que parecessem a políticos europeus amadurecidos. O lema de *abaixo o poder burguês* exprimia o inconformismo da liderança rebelada com o regime e gerava a falsa impressão de que as grandes massas populares, em processo de mobilização, desejavam a mudança da ordem social. Dada a amplitude das reivindicações estudantis, pode-se argüir que os jovens de Nanterre ou da Sorbonne dispensavam detalhes programáticos, tais como, a exigência de expropriação dos investimentos norte-americanos. Essa reivindicação estaria implícita na profusão de retratos do Presidente Mao e na farta distribuição do seu livrinho vermelho durante as marchas pelas ruas de Paris, nos dias mais agitados.

Concretamente, entretanto, comprova-se que, por efeito de um dano coletivo ou por falta de intenção real, não apareceram cartazes de rua nem inscrições em muros de fábricas norte-americanas pregando a retirada de seus proprietários. Espaço havia em excesso, para uso de carvão ou pixe, se no espírito da massa rebelada estivesse definido o propósito de encampação das empresas pertencentes a investidores norte-americanos, cuja participação na economia francesa é sabidamente elevada. Na verdade, uma participação que representa 65% da produção francesa de equipamento de telecomunicações, 65% da produção de equipamento agrícola e igual percentagem da de filmes virgens é indício de expansão considerável dos investimentos realizados por empresários americanos. Segundo Schreiber, investidores das EUA controlam 45% da produção francesa de borracha sintética e distribuem 40% dos derivados do petróleo consumidos no país. Tem-se a dimensão de um quase monopólio quando se chega aos percentuais relativos a computadores e circuitos integrados.

### A LIBERTAÇÃO DOS OUTROS

Não obstante, as amplas reportagens ilustradas com que a imprensa européia focalizou os acontecimentos na França não revelaram indício de que a mobilização popular, encabeçada pelos estudantes, fosse motivada por um pretexto que relacionasse o grito de mudança social radical, ou as reivindicações salariais, com a presença dos investidores norte-americanos em território francês. Houve, sim, palavras de ordem formuladas contra a presença dos americanos no Vietname, e disso foram prova os discursos inflamados dos líderes estudantis e os cartazes conduzidos por sua massa de manobra, destacando como heróis Fidel Castro, Che Guevara, Ho Chi Minh e Mao Tsé-tung. A exploração externa dos povos do Terceiro Mundo representou uma força motriz importante na aceleração das manifestações estudantis, produzidas por uma liderança cujo romantismo político é despertado por uma consciência de culpa que mais reflete a exploração colonial do passado, ferocemente exercida pelas metrópoles européias, do que uma realidade viva do presente. A julgar pelos seus sinais exteriores, as lutas de Paris visavam antes de mais nada a libertação dos povos subdesenvolvidos da exploração imperialista. Na Europa Ocidental de renda por habitante próxima a dois mil dólares, é que os investimentos americanos não exercem exploração capaz de levantar o ânimo nacional contra os exploradores.

Por paradoxal que pareça, os trabalhadores grevistas retornaram mais rapidamente às empresas de capitais norte-americanos do que às empresas estatais francesas. E há observadores que, comprovando a não suspensão da atividade em certas empresas americanas, encontram justificativa para o fato nas condições de trabalho oferecidas ao seu pessoal fabril e administrativo, à remuneração mais elevada do que nas empresas de capitais nacionais (públicas e privadas) e à democratização das oportunidades abertas à comunidade trabalhadora. E ainda paradoxal é o atento exame, por parte dos que neste momento reformulam a missão da universidade francesa, das qualificações profissionais que a empresa moderna (leia-se *empresa americana*) requer dos candidatos a emprego, o que leva a reforma às modernas técnicas do ensino superior, que, nos EUA, transformam a empresa numa extensão da universidade. E isso ocorre quando a juventude universitária brasileira, solidária com os rebeldes de Paris, celebra sua vitória na campanha contra um instrumento natimorto de modernização da universidade nacional, o Acórdão MEC-USAID.

Pretendendo derrubar o poder burguês, os rebeldes e grevistas não se revelaram sensíveis às aspirações da burguesia nacional francesa, em sua recriação contra "os substanciais aumentos de salários oferecidos pelos americanos aos candidatos que eles recrutam" (Schreiber). Por sua vez, os consumidores não se identificaram com seus compatriotas empresários na reclamação contra os preços em declínio dos produtos americanos fabricados na França, o que prejudica cartéis preservadores de estruturas industriais obsoletas, onde o que assegura a margem de lucro não é a eficiência, mas a contenção salarial favorecida pelo jôgo de trabalhadores estrangeiros temporários contra operários franceses quase vitalícios.

Num exame mais aprofundado, verifica-se que o lapso coletivo expresso na ausência de palavras de ordem desfavoráveis às empresas americanas na França decorreu da falta real de motivação para o ataque, e não da atuação de uma força inconsciente e inibidora de revolta das massas populares. E embora a história registre lutas de trabalhadores contra as inovações tecnológicas contidas na máquina de maior capa-



cidade produtiva, a modernização introduzida em larga escala, no sistema econômico francês, pelos empresários de ultramar é demonstrativa do modelo de desenvolvimento a que aspiram as massas trabalhadoras e em geral os consumidores do país. Também os estudantes vêm nas empresas de tais investidores um centro de formação profissional que os qualifica à conquista de oportunidades melhores, ao mesmo tempo em que vislumbram, consciente ou inconscientemente, uma perspectiva de paz verdadeira na europeização da economia que está sendo promovida pela empresa americana. A substituição de pequenos departamentos industriais por um sistema europeu integrado de desenvolvimento oferece uma promessa de paz muito mais substancial do que a defesa de trustes e cartéis avessos à modernização acelerada. Talvez por perceber que não encontrava eco na massa popular nenhuma reivindicação que se escorassem no combate à empresa americana na França, o Partido Comunista Francês atacou o imperialismo americano por atos que ocorrem muito longe do cenário metropolitano francês e sentiu que se reivindicações proletárias legítimas existem, não dizem respeito ao fundo de salários pagos pelas empresas americanas. Como matéria de estudo para os nossos esquerdistas extremados, subsiste a ausência de atritos entre os investidores americanos, de um lado, e os estudantes rebeldes e os operários reivindicadores, de outro, paralelamente aos conflitos reais entre os operários e as empresas públicas e privadas francesas. Pelo visto as empresas americanas somente exercem ação imperialista nos países em desenvolvimento, onde o capital privado sob o comando norte-americano é de volume inferior ao das empresas americanas na Europa.

### INTENÇÃO E ACUSAÇÃO

Diante disso, receio que boa parte da comunidade brasileira, passando por cima do fato de que não há capital estrangeiro no Piauí, mas em São Paulo, e de que os piauienses são os brasileiros de mais baixa renda per capita, — esteja dominada desnecessariamente pelos pavores de que se revelou possuído um deputado nacionalista, que estêve a argüir o Professor Roberto de Oliveira Campos, na CPI sobre desnacionalização, em data recente. Em primeiro lugar, detaque-se a crença obsessiva desse representante do povo de que a defesa do investimento estrangeiro relaciona-se a uma intenção de vender a pátria. Venha de onde vier o capital privado alienígena, o seu ingresso faz estremeçar os fundamentos da segurança nacional. Quando se aprofunda a discussão, verifica-se que, por consenso, não proclamado, os capitais originários da Suíça, Itália, França, Suécia e outras fontes não inspiram o temor de dominação imperialista. Para surpresa de muitos, os revolucionários franceses acabam de demonstrar, na prática, que as empresas americanas em seu país não constituem objeto do seu programa de ação.

Em certas áreas do nosso pensamento político, depois que se permitiu a extinção dos matizes entre o preto e o branco, posições extremadas em evidência indicam que a busca do esclarecimento oferece apenas uma forma a mais de se tentar o impossível. Se o assunto é petróleo, pergunta-se ao ex-Ministro do Planejamento e Coordenação Econômica que razões o movem para desejar a destruição da Petrobrás. Para avaliarmos as possibilidades que comporta a intenção do Sr. Roberto Campos de destruir a Petrobrás, conviria dar precedência a outra pergunta: no passado, quando no manejo das alavancas do Poder, por que teria aquele senhor deixado de lograr êxito na perseguição do seu objetivo?

Simplesmente porque não se fixa um objetivo a partir de intenção inexistente. Em 1956, o Sr. Roberto de Oliveira Campos, vencendo resistências, inclusive de nacionalistas, presidiu o Grupo de Trabalho do Conselho do Desenvolvimento incumbido da revisão da legislação do imposto sobre combustíveis líquidos, convertendo-o, de específico, cobrado na base de taxa fixa, em imposto *ad valorem*, como instrumento de correção de efeitos do processo inflacionário. Em sua opinião, a imagem da Petrobrás se conservará melhor diante do público, que a apóia, se a empresa sempre dispuser de recursos crescentes para o financiamento de seus múltiplos programas. Manter boa imagem vendendo combustíveis líquidos a preços inferiores ao custo real representa tentativa suicida, de vez que a falta de recursos para investimento impedirá a empresa de cumprir as suas finalidades e causará a sua desmoralização por inoperância.

O segundo ponto de luta constante do Sr. Roberto Campos, desde o decênio passado, consiste na defesa do realismo cambial, pois o imposto, ainda que cobrado *ad valorem*, não produziria o volume almejado de recursos, para o programa rodoviário e a Petrobrás, se o nível de preços ficasse deprimido por taxas cambiais desatualizadas. As alegações de dirigentes da Petrobrás, no tocante à impopularidade resultante para a empresa, de preços altos para os combustíveis líquidos, o economista sempre replicou apontando os déficits consecutivos das empresas estatais argentina e mexicana, YPF e Pemex, conduzidas por isso a crises sucessivas.

### COMO CRIAR DINHEIRO

No Governo Castelo Branco, a medida realmente decisiva para a execução dos projetos e programas da Petrobrás foi a elevação da taxa cambial para produtos petrolíferos, taxa que permanecera no nível de NCr\$ 0,60 até o primeiro trimestre de 1964, mas foi elevada naquele ano a NCr\$ 1,35. Em razão disso, cresceu aceleradamente o volume de recursos de investimento da Petrobrás. A decisão que ajustou a taxa de câmbio, gerando impopularidade para o Ministro do Planejamento, do Marechal Castelo Branco, foi complementada pela Lei n.º 4.452, de 27 de novembro de 1964, que modificou a Lei do Imposto Único sobre combustíveis líquidos e lubrificantes, com o objetivo de manter em alto nível os recursos de investimento da Petrobrás por meio de novos coeficientes que, pela sua influência na formação de preços, assegurassem maior rentabilidade às suas refinarias. Ao mesmo tempo, a legislação, originariamente concebida pelo Sr. Roberto Campos em 1956 e por ele mesmo ajustada às novas condições de mercado, facilitou à empresa estatal o incremento de suas disponibilidades financeiras em função do êxito de suas operações industriais. Em 1964, graças à alteração cambial, o faturamento bruto da Petrobrás excedeu em 121% o do ano anterior, percentual que superou por larga margem a taxa de inflação do período. De vez que a política econômica que se adota aumenta ou reduz os recursos de investimento no setor petrolífero, o julgamento definitivo da política econômica do

Sr. Roberto de Oliveira Campos em sua relação com o petróleo não pode deixar de contemplar a influência dos seguintes dados: em 1964, os investimentos da empresa elevaram-se ao equivalente a 121 milhões de dólares; em 1965, cresceram para 160 milhões; em 1966, para 190 milhões. O reflexo desse crescimento das inversões produtivas está na cansativa lista de projetos e programas que a Petrobrás conseguiu executar durante o Governo do Marechal Castelo Branco. Se mais não se fez não foi por falta de dinheiro. Em novembro de 1966, ainda orientado pela preocupação de oferecer à Petrobrás um fluxo crescente de recursos financeiros, o Ministro do Planejamento do Marechal Castelo Branco elaborou o que viria a ser o Decreto-Lei n.º 61, o qual deu ainda maior flexibilidade à legislação básica que rege a fixação de preços dos combustíveis líquidos. Um confronto entre o volume de recursos realmente oferecidos à Petrobrás depois de 1964 e o total de inversões previsto no Plano Trienal elaborado pelo doutor Celso Furtado prova em termos práticos a diferença entre a ação eficaz e uma boa intenção.

### E AGORA?

E agora, por que é mesmo que o Sr. Roberto Campos quer destruir a Petrobrás? perguntaria o Sr. Lurtz Sabiá, se voltasse a ter a oportunidade de inquirir o ex-Ministro do Planejamento na CPI sobre desnacionalização. A certa altura da inquirição, depois de ouvir com irônica indulgência um destempero de confusão mental, perguntou o Sr. Campos ao Deputado Sabiá:

— Tal significa que V. Exa. considera a Usina de Paulo Afonso um "ferro velho"?

— Oh não, de modo algum!

— Não há outra conclusão possível. A Usina de Peixoto (ex-AMFORP) tem a idade da hidrelétrica de São Francisco.

— O que sei é que V. Sa. comprou o *ferro velho* da AMFORP, disse, em sua exaltação, o representante paulista.

A pouca ilustração do Sr. Sabiá foi exposta num debate em que, num dos pólos, o conhecimento técnico, a cultura e a inteligência produziram um contraste de tal ordem que, em dado instante, evidentemente constrangido, veio a intervir o Sr. Raimundo Padilha para demonstrar que um eventual excesso de fúria, contra os que prestam sua contribuição às comissões parlamentares de inquirição, não deve ser interpretado como sinal de que não há cortesia na Câmara. Creio que os jornalistas presentes assim entendiam a situação. É muito provável que o próprio depoente assim também o tenha entendido. Na verdade, a presidência da CPI, durante esse memorável depoimento, foi exercida pelo Deputado Leo Neves com elogiável isenção e dignidade. Por outro lado, as intervenções dos Deputados Paulo Maciel e Rubem Medina apenas enalteceram o significado de trabalhos parlamentares dessa natureza. Essas provas de civilidade não ocultam, entretanto, o fato subjacente de que o Deputado Sabiá reflete a existência de um segmento da opinião pública bem pouco inclinado a conservar a lucidez no debate das grandes questões nacionais.